

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Odemira, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 79 508 529 euros e um total de fundos próprios de 48 367 674 euros, incluindo um resultado líquido de 719 584 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 29 038 882 euros de despesa paga e um total de 32 017 588 euros de receita cobrada bruta, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Odemira em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

#### Bases para a opinião com reservas

Não está ainda disponível o relatório e contas de 2018 da participada POLIS LITORAL SUDOESTE - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA (em Liquidação), na qual o Município detém participação financeira de 3 644 121 euros realizada em 3 136 000 euros. Em virtude desta limitação a nossa revisão da valorimetria deste investimento financeiro baseou-se no relatório e contas aprovado de 31 de dezembro de 2017, cuja certificação legal das contas emitida em 24 de junho de 2018 inclui a seguinte ênfase: *“As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, condicionada ao disposto no art.º 3º, do Decreto-Lei nº 244/2009, de 22 de setembro, que determinava que a empresa se dissolvesse em 31 de dezembro de 2013. Por deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral realizada em 14 de novembro de 2013, foi prevista a dissolução da Sociedade para 30 de junho de 2015. Esta deliberação foi entretanto alterada para 31 de dezembro de 2015, por Deliberação Social Unanime por Escrito dos acionistas, efetuada em 16 de outubro de 2014. Em Assembleia Geral de 25 de novembro de 2015, retomada em 18 de dezembro de 2015 e concluída em 29 do mesmo mês e ano, foi deliberada a dissolução da sociedade em 31 de dezembro de 2016. Por deliberação em Assembleia Geral de 15 de março de 2017, a sociedade entrou em liquidação em 31 de dezembro de 2016, devendo a mesma estar encerrada e a partilha aprovada no prazo máximo de dois anos a contar da data de entrada em liquidação”*. Em 17 de dezembro de 2018 a Assembleia Geral da Sociedade deliberou a prorrogação do prazo de liquidação da sociedade para 31 de dezembro de 2019.

Permanecem pendentes de registo contabilístico terrenos cedidos ao Município no âmbito de alvarás de loteamento destinados a arruamentos, estacionamento e passeios, relativamente aos quais não estão ainda disponíveis as respetivas avaliações patrimoniais. O Município decidiu em 2017 constituir uma Comissão de Avaliação do Património Municipal para proceder à avaliação técnica e valorização desses terrenos com o objetivo de suportar o seu reconhecimento contabilístico, situação que o Município prevê regularizar em 2019 no âmbito do processo de implementação em curso do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Em virtude desta limitação desconhecemos o impacto desta situação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Ênfase**

De acordo com confirmação obtida do advogado do Município, no âmbito da revisão das contas, permanecem em curso ações judiciais que envolvem o Município, relacionadas fundamentalmente com atos administrativos, cujo desfecho é difícil de prever antes de proferidas as respetivas decisões judiciais. O Município não antecipa responsabilidades e encargos significativos relacionados com os processos em curso, divulgados no ponto 4 do Anexo às contas - responsabilidades contingentes, razão pela qual considera não ser necessário contabilizar Provisões para Riscos e Encargos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Faro, 12 de abril de 2019



---

António José Carvalho Barros, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.